

STF enviará elenco de sugestões do Poder Judiciário para Constituinte

Do Sucursal de Brasília

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Sydney Sanches, 53, em entrevista exclusiva à Folha, disse que é intenção do STF encaminhar ao Congresso constituinte o elenco de sugestões do Poder Judiciário, para serem incorporadas à nova Constituição. "A nossa intenção não é interferir nos trabalhos, mas influir", afirmou. Segundo o ministro do STF, os diversos segmentos sociais têm o direito e o dever de utilizar todos os instrumentos disponíveis para defender os seus interesses no Congresso constituinte.

O Poder Judiciário, segundo Sanches —magistrado de carreira, ex-professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (SP)—, tem muito o que reivindicar. Em primeiro lugar, cita a necessidade de a nova Constituição conferir ao Judiciário o caráter de um verdadeiro poder, com a autonomia necessária para atuar com eficiência, confiabilidade e rapidez. Autonomia, diz o ministro, sobretudo orçamentária, administrativa e política. Se não absoluta, ao menos, relativa. De tal forma, continua Sanches, que permita ao Judiciário maior liberdade na organização dos próprios quadros, com a criação, estruturação, instalação e equipamento de órgãos judiciários e administrativos.

A autonomia política reivindicada permitirá ao Judiciário administrar a composição de juízos e tribunais sem a interferência de outros poderes, diz o ministro do STF. Ele considera uma distorção a atual forma de constituição dos tribunais, através de indicações de juízes pelo

Executivo e sem que o Judiciário seja também ouvido. E defende o princípio do concurso público de provas e títulos para o ingresso em todos os quadros. Dentro do capítulo de "mordomias e privilégios", Sydney Sanches propõe a redução dos cargos de confiança e a abolição dos chamados vencimentos indiretos que os magistrados recebem e sobre os quais não incide o imposto de renda. "Privilégios tributários devem ser eliminados, diz Sanches, porém compensados por vencimentos condignos."

Além destas considerações, o ministro Sydney Sanches incluiu no elenco de reivindicações que, na sua opinião, deveriam ser analisadas pelos constituintes os seguintes itens: revisão da competência jurisdicional dos tribunais militares; o fortalecimento do Ministério Público, deixando-o fora da área de influência dos partidos políticos; serviço eficiente de assistência judiciária gratuita à população juridicamente pobre; o enfrentamento do problema do menor pelo Executivo e Legislativo, cabendo ao Judiciário apenas o exame dos aspectos estritamente jurisdicionais e a delimitação clara da área de atuação dos poderes Executivos e Judiciários na execução das penas.

Reforma da Carta atual

Sydney Sanches defende ainda a tese de que a elaboração de uma nova Constituição, mais adequada ao regime democrático, poderia acontecer através de reformas na atual Carta. Mas admite a convocação de um Congresso constituinte neste momento da história do Brasil, na medida em que para atualizar a

Constituição vigente seriam necessárias tantas emendas "que até se admite a elaboração de uma inteiramente nova".

"Mas isto é coisa que só acontece no Brasil", disse o ministro, ao afirmar que sentiu uma certa dificuldade em explicar a seus ex-alunos da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, em recente palestra, como é possível convocar uma Assembleia Constituinte quando não há ruptura da ordem constitucional, quando a República está juridicamente constituída, com os três poderes funcionando plenamente. "De qualquer forma, quando se precisa consertar uma casa muito velha, é mesmo melhor reconstruí-la. Se este exemplo não justifica a convocação da Assembleia, disse Sydney Sanches, pelo menos explica."

O ministro do STF afirma que, apesar dos "embaraços constitucionais", a convocação do Congresso constituinte não poderia ocorrer em um momento político melhor. "O povo brasileiro está mais conscientizado e se for possível realizar eleições livres, sem as pressões do poder econômico, nacional ou internacional, poderemos ter uma Constituição democrática, adaptada aos novos tempos." O ministro afirma que o país não está mal de leis mas que elas precisam ser executadas e para tanto, a máquina administrativa tem que funcionar. "Para isso precisamos de um Poder Executivo bem ordenado e de um Legislativo idôneo", disse.

Segundo Sanches, pretende-se chegar a uma Constituição inteiramente nova, profundamente democrática, afinada com as aspirações do povo brasileiro.